

VIGÊNCIA A PARTIR DE 16/7/2019

1. A Fundação Habitacional do Exército (FHE), com sede em Brasília (DF), inscrita no CNPJ/MF sob o número 00.643.742/0001-35, proporciona o Crédito para Bens Duráveis FHE aos NÃO Participantes do Fundo de Apoio à Moradia (FAM) e do FAM Família, para aquisição de Eletroeletrônicos, Mobiliário, Ferramentas e Equipamentos para Eficiência Energética e Hidráulica, nas condições estipuladas nestas normas, desde que a idade do proponente mais o prazo contratado não ultrapassem 79 anos, 11 meses e 29 dias.
2. O pedido do Crédito é formalizado por meio de Contrato de Adesão firmado pelo proponente consumando-se a concessão por meio do crédito em conta de poupança POUPEX indicada por ele e da qual seja o primeiro titular.
3. O valor do Empréstimo é limitado à disponibilidade de recursos financeiros da FHE e da margem consignável do proponente fornecida pela Entidade Conveniada a que estiver vinculado e liberado após deduzido o valor correspondente ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), a saber:

Prazo meses	Juros a.m.	Juros a.a.	CET* a.m.	CET* a.a.	IOF*	Prazo meses	Juros a.m.	Juros a.a.	CET* a.m.	CET* a.a.	IOF*
01	1,50%	19,56%	2,11%	28,43%	0,6342%	25	1,50%	19,56%	1,73%	22,86%	2,8009%
02	1,50%	19,56%	2,00%	26,84%	0,7581%	26	1,50%	19,56%	1,72%	22,77%	2,8272%
03	1,50%	19,56%	1,94%	25,91%	0,8854%	27	1,50%	19,56%	1,72%	22,69%	2,8516%
04	1,50%	19,56%	1,91%	25,42%	1,0119%	28	1,50%	19,56%	1,71%	22,62%	2,8742%
05	1,50%	19,56%	1,88%	25,07%	1,1402%	29	1,50%	19,56%	1,71%	22,55%	2,8952%
06	1,50%	19,56%	1,86%	24,81%	1,2697%	30	1,50%	19,56%	1,70%	22,48%	2,9148%
07	1,50%	19,56%	1,85%	24,64%	1,3988%	31	1,50%	19,56%	1,70%	22,41%	2,9331%
08	1,50%	19,56%	1,84%	24,50%	1,5292%	32	1,50%	19,56%	1,69%	22,35%	2,9503%
09	1,50%	19,56%	1,84%	24,41%	1,6595%	33	1,50%	19,56%	1,69%	22,29%	2,9664%
10	1,50%	19,56%	1,83%	24,33%	1,7909%	34	1,50%	19,56%	1,69%	22,23%	2,9815%
11	1,50%	19,56%	1,83%	24,27%	1,9232%	35	1,50%	19,56%	1,68%	22,17%	2,9958%
12	1,50%	19,56%	1,82%	24,23%	2,0541%	36	1,50%	19,56%	1,68%	22,12%	3,0092%
13	1,50%	19,56%	1,82%	24,14%	2,1649%	37	1,50%	19,56%	1,68%	22,07%	3,0219%
14	1,50%	19,56%	1,81%	24,04%	2,2598%	38	1,50%	19,56%	1,67%	22,02%	3,0339%
15	1,50%	19,56%	1,80%	23,93%	2,3420%	39	1,50%	19,56%	1,67%	21,98%	3,0453%
16	1,50%	19,56%	1,80%	23,81%	2,4139%	40	1,50%	19,56%	1,67%	21,93%	3,0561%
17	1,50%	19,56%	1,79%	23,69%	2,4772%	41	1,50%	19,56%	1,66%	21,89%	3,0663%
18	1,50%	19,56%	1,78%	23,57%	2,5336%	42	1,50%	19,56%	1,66%	21,85%	3,0761%
19	1,50%	19,56%	1,77%	23,46%	2,5839%	43	1,50%	19,56%	1,66%	21,81%	3,0853%
20	1,50%	19,56%	1,76%	23,34%	2,6292%	44	1,50%	19,56%	1,66%	21,77%	3,0942%
21	1,50%	19,56%	1,76%	23,24%	2,6701%	45	1,50%	19,56%	1,65%	21,74%	3,1026%
22	1,50%	19,56%	1,75%	23,13%	2,7073%	46	1,50%	19,56%	1,65%	21,70%	3,1107%
23	1,50%	19,56%	1,74%	23,03%	2,7413%	47	1,50%	19,56%	1,65%	21,67%	3,1184%
24	1,50%	19,56%	1,74%	22,94%	2,7723%	48	1,50%	19,56%	1,65%	21,63%	3,1258%

*IOF e CET - considerando a primeira amortização 30 dias depois da concessão.

4. A FHE poderá indeferir o pedido de concessão ou renovação de Empréstimo, respeitada a política de crédito vigente e condicionada à conferência das notas fiscais, que terão validade de 90 dias contados a partir da data de sua emissão, não sendo aceitos notas ou cupons emitidos no exterior.
5. A carência para o pagamento da primeira prestação é de 30 dias. Este prazo levará em consideração todos os procedimentos relativos à implementação do desconto na folha de pagamento e a data de recebimento dos proventos do proponente. Os juros da atualização referentes a esse período serão incorporados e financiados juntamente com o saldo devedor, conforme as condições contratadas.
6. O prazo previsto para pagamento do Empréstimo é de 1 a 48 meses, de acordo com a opção do mutuário, com as regras internas da FHE e com o convênio firmado entre a FHE e a Entidade Conveniada à qual pertença. O sistema de amortização adotado pela FHE é o da "Tabela Price", cuja metodologia consiste em um plano de amortização da dívida em prestações (Amortização + Juros) mensais, periódicas, iguais e consecutivas. Os

juros gerados pelo atraso ou pelo não pagamento de qualquer prestação serão adicionados ao saldo devedor e acarretará a dilatação do prazo até a quitação do mútuo.

7. A atualização do saldo devedor do Empréstimo ocorre mediante a aplicação da taxa de juros, conforme o prazo escolhido pelo mutuário, constante do item 3 acima, da seguinte forma: A atualização do saldo devedor do Empréstimo ocorre mediante a aplicação da taxa de juros, conforme o prazo escolhido pelo mutuário, constante do item 3 acima, da seguinte forma:
 - a) *pro-rata tempore*, a partir da data do crédito até o dia do primeiro vencimento e,
 - b) após, no vencimento das prestações subsequentes.
8. O mutuário autoriza, desde já, o resgate das prestações a ser processado, mensalmente, por meio de consignação em folha de pagamento observada a data do crédito dos proventos da Entidade Conveniada a que estiver vinculado. A consignação em folha de pagamento da prestação devida será mantida até liquidação integral do saldo devedor.
9. O mutuário, regido pela CLT, autoriza, de forma irrevogável e irretroatável, o desconto em folha de pagamento, dos valores referentes às prestações do Empréstimo até a integral quitação do débito, e, desde já, autoriza que o desconto incida sobre os valores pagos a título de verbas rescisórias, nos termos da Lei 10.820/03. O mutuário autoriza, desde já, o resgate das prestações a ser processado, mensalmente, por meio de consignação em folha de pagamento observada a data do crédito dos proventos da Entidade Conveniada a que estiver vinculado. A consignação em folha de pagamento da prestação devida será mantida até a liquidação integral do saldo devedor.
10. O mutuário está ciente e de acordo que a consignação em folha de pagamento das prestações devidas não poderá ser cancelada por sua iniciativa em nenhuma hipótese.
11. É responsabilidade do mutuário pagar a prestação dentro do período estipulado para sua cobrança. Caso a consignação em folha não ocorra, independentemente do motivo, é obrigação do mutuário:
 - a) efetuar o pagamento da prestação por meio do boleto bancário, o qual é remetido via e-mail para o endereço eletrônico constante na base de dados da instituição, ou obtê-lo junto aos Pontos de Atendimento, no Autoatendimento Web ou, ainda, por solicitação ao Centro de Relacionamento com o Cliente da FHE.
A eventual alteração cadastral do mutuário deverá ser comunicada imediatamente à FHE, sob pena de as correspondências enviadas ao endereço físico ou eletrônico antigos, serem reputadas como efetivamente recebidas;
 - b) procurar imediatamente a FHE para a devida regularização da consignação das prestações em folha de pagamento, sob pena de vencimento antecipado da dívida, conforme disposto no item 12 destas Normas e Condições.
12. Será considerado vencimento antecipado da dívida, e desde já reconhecido como líquido, certo e exigível para Execução Judicial, o saldo devedor atualizado do Empréstimo quando, por parte do mutuário, vier a ocorrer: atraso ou suspensão da consignação das prestações mensais ou o não cumprimento de qualquer obrigação contratual.
 - a) o presente Contrato de Adesão, acompanhado da planilha evolutiva do Empréstimo, ora concedido, constitui título executivo extrajudicial (Art. 784. III, do CPC).

13. Em caso de inadimplemento, as prestações mensais vencidas e não pagas ficam sujeitas aos acréscimos previstos a seguir, aplicados sucessivamente e concomitantemente:
- a) juros compensatórios à mesma taxa dos juros contratuais aplicados desde a data do vencimento, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, com base no critério pro rata dia útil, conforme item 7;
 - b) juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração do mês; e
 - c) multa convencional de 2%.
 - d) IOF complementar, conforme previsto na INRFB 1.814, de 18/07/2018
14. Se a FHE tiver que recorrer a meios contenciosos para haver o que for devido, o mutuário ficará sujeito à pena convencional e irredutível de 2% sobre o valor total devido, incluindo atualização e valores em atraso, e ainda, aos honorários advocatícios (sucumbenciais e contratuais) e demais despesas judiciais, atualizados na forma da lei.
15. É facultada ao mutuário a liquidação antecipada ou a amortização extraordinária do saldo devedor do Empréstimo, sempre atualizado até a data da liquidação ou amortização. A amortização extraordinária acarretará redução no prazo previsto para pagamento do Empréstimo.
16. É vedada a concessão simultânea de mais de um Empréstimo para um mesmo mutuário. A FHE, em caráter excepcional e a seu exclusivo critério, poderá conceder um novo Empréstimo, deduzindo-se, do novo crédito, o saldo devedor do anterior, devidamente atualizado.
17. Ocorrendo o falecimento do mutuário, o saldo devedor do Empréstimo será quitado automaticamente.
18. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes destas normas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
19. O mutuário autoriza a Fundação Habitacional do Exército (FHE):
- a) a promover a abertura de cadastro para anotação dos dados relativos a todas as obrigações pecuniárias assumidas ou que venham a ser assumidas por mim perante quaisquer pessoas jurídicas ou naturais com as quais eu mantenha ou venha a manter relação comercial ou creditícia, abrangendo os dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas em seus respectivos vencimentos ou em atraso, e aquelas a vencer, para constarem dos bancos de dados creditícios, com a finalidade, única e exclusiva, de subsidiar a análise e eventual concessão de crédito, a venda, a prazo ou outras transações comerciais empresariais que impliquem risco financeiro;
 - b) a consultar os seus dados cadastrais nos órgãos de proteção ao crédito;
 - c) a consultar os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito e as informações e os registros de medidas judiciais que em meu nome constem ou venham a constar do Sistema de Informações de Crédito (SCR), gerido pelo Banco Central do Brasil (Bacen), ou dos sistemas que venham a complementá-lo ou a substituí-lo;
 - d) se deferido este Empréstimo, a repassar os meus dados pessoais, bem como os dados desta operação de crédito, para os órgãos de proteção ao crédito e para o mercado financeiro, por meio da Central de Risco do Banco Central.
20. O mutuário desde já concede expressa autorização para que os consulentes com os quais mantenha ou pretenda manter relação comercial ou creditícia possam acessar seus dados nos bancos de dados.